

O advérbio como modalizador do discurso

CARDOSO, Susi Darley Moura.
susidarley@bol.com.br

OLIVEIRA, Nádia Maria (Orientadora)
Graduada em Licenciatura Plena – Português, Especialista em Tecnologia Educacional, Prof^a
do Curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT
nadiamot@bol.com.br

RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo geral analisar o advérbio como modalizador do discurso. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico que buscou retomar alguns aspectos da gramática desde a sua elaboração mais remota até a sua concepção mais atual. Verificou-se que nesse ínterin, a gramática – manual utilizado nos bancos escolares – não sofreu muitas alterações, daí as incoerências verificadas em relação ao que se denomina “língua viva”. Isso devido a primeira possuir característica estática, enquanto a segunda se apresentar em pleno “movimento”.

As pesquisas nessa área foram evoluindo e é a partir do desenvolvimento da ciência lingüística que novos rumos foram dados para o ensino de língua portuguesa. Essa nova perspectiva de estudo, procura mostrar como a língua portuguesa está sendo usada atualmente no Brasil. A partir do auxílio da gramática de usos a pesquisa foi desenvolvida iniciando da tradicional classe de palavras, mais especificamente o advérbio, para a sua real função dentro do texto sendo analisado no nível do enunciado e do discurso.

Apesar de se constatar que ainda predomina uma prática pedagógica voltada para o estudo da palavra e da frase descontextualizadas, o intuito da pesquisa é mostrar a urgente necessidade de mudança na prática pedagógica predominante para obtenção de sucesso no ensino da língua materna.

O advérbio como modalizador do discurso

A gramática tradicional atualmente utilizada tem sua origem mais remota no manual de Dionísio o Trácio que serviu como base para a gramática grega, latina e outras línguas européias até o renascimento. Tradicional porque significa “vinda da tradição” mais especificamente ocidental.

Essa gramática se instituiu como exposição e imposição de padrões tendo como modelo a linguagem dos poetas e prosadores, cujo objeto de exame era um uso modelar. Os princípios teóricos que regem esse manual vêm sendo considerados – pelos lingüistas – falhos em vários âmbitos: o da inconsistência teórica, a falta de adequação à realidade da língua, já que este princípio enfoca apenas o dialeto padrão (escrito) excluindo as outras variantes.

A inconsistência teórica é apresentada quando muitas definições aí abordadas não conseguem se concretizar no decorrer de todos os estudos verificados. A exemplo disso tem-se a definição de sujeito que entra em contradição, pois nem sempre será o termo do qual se afirma alguma coisa, como é o caso em “Chovia ontem”. Essa falta de coerência interna leva ao autoritarismo, nos bancos escolares, pois não tendo estrutura fundamentadora, impõem-se que assim o é. A inadequação à realidade da língua, se manifesta, por exemplo, quando algumas formas arcaicas ainda são consideradas “corretas” indo de encontro àquilo que é mais utilizado na língua atual, como é o caso do pronome oblíquo átono entre um auxiliar e o verbo principal ligando-o ao auxiliar por ênclise (forma arcaica), como “Estou-me divorciando” quando a forma mais comum é “estou me divorciando”.

Com base nesses aspectos, surge, aproximadamente no século XX, uma nova proposta para o trabalho com a gramática visando eliminar as falhas anteriormente citadas. Desenvolve-se então a ciência da linguagem com uma visão completamente diferente daquela que levou à introdução da disciplina gramatical relacionada à vinculação valorativa com

poder político, importância social, ou, mesmo, beleza estética. Essa nova ciência procurou considerar a língua e a linguagem como objeto de estudo rompendo com os aspectos valorativos, sociais e preconceituosos. Mas, ao separar o social do lingüístico, não deixou de considerar o social no uso da linguagem, isso porque os usos estabelecem padrões, e, são socialmente diferentes e estes adequados a diferentes situações.

Com o desenvolvimento da Lingüística, não se nega o modo de dizer prestigiado, mas mostra que a variação lingüística é fator de adequação e eficiência, já que o padrão valorizado não constitui um uso de boa linguagem embora o usuário da língua sinta a necessidade de fazê-lo para adequar-se à exigência social na qual está inserido, pois é o “falar correto” índice marcante do usuário no grupo social prestigiado a que pertence. Dessa forma, a força de sustentação de um padrão baseado em modelos é o próprio povo, muito mais que os próprios gramáticos. Daí a explicação de as gramáticas normativas ainda continuarem a vincular padrões nos bancos escolares.

Partindo dessa análise que estabelece algumas diferenças entre as gramáticas normativas – conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua – e a descritiva – conjunto que descreve os fatos de uma dada língua, vê-se então que a primeira trabalha com a perspectiva da taxonomia, isto é, ciência da classificação das palavras deixando de lado o mais importante que é a reflexão sobre o funcionamento da linguagem que reflete os usos lingüísticos dos falantes.

Ao tomar conhecimento dos estudos semânticos, conseqüentemente, deu para perceber as incoerências da gramática normativa. Dessa forma, surgiu um interesse em analisar alguns aspectos divergentes entre os manuais em questão.

Como a gramática tradicional é uma fonte de trabalho que ainda gerencia o trato com a linguagem nas escolas, sente-se a necessidade de “desvendar” alguns de seus segredos, estudando-a mais profundamente para que, assim, possa ser construída uma nova concepção

de gramática, melhorando a qualidade das aulas ministradas e, conseqüentemente, fazer com que os alunos, de agora em diante, possam conceber a idéia de que “gramática” não é apenas conhecer as classes de palavras, que até então, são analisadas em orações isoladas, auto-suficientes e com vistas a uma classificação mecânica.

A opção pelo estudo do advérbio como modalizador do discurso, surgiu após a constatação de que essa classe de palavras é mencionada na gramática tradicional apenas no aspecto indicador de circunstâncias, e assim como “parte da oração” tendo então seu papel se esgotado quando é aplicado aos constituintes de oração. Entretanto, as gramáticas normativas, geralmente, não abordam os advérbios de enunciação (modalizadores do discurso) e trabalham apenas com os de frase. Assim, fica difícil para o aluno entender determinadas explicações quando se trabalha o advérbio enquanto modificador ou circunstancial.

Por isso, o objetivo do trabalho ora apresentado, é a análise do advérbio como modalizador do discurso. Para tal, foi realizada uma abordagem histórica da gramática textual como ramo da Ciência Linguística conduzindo a uma concepção de língua, texto e sentido. Após essa análise, foi verificado que a gramática tradicional, a que é usada nos bancos escolares, não dá conta dos fatos da língua tornando-se em vários momentos incoerente e/ou inconsciente. Com relação ao advérbio, foco-central da pesquisa, é diferenciado o seu comportamento enquanto o advérbio de frase e de enunciação com o auxílio do livro didático e da gramática de usos.

Sendo a gramática tradicional, sobretudo em suas versões escolares, baseada numa prática empobrecida das habilidades dos falantes de uma língua historicamente dada, nota-se que continuam perpetuando programas de língua portuguesa muito distantes da realidade não atingindo assim, o objetivo fundamental dessa área de atuação é a capacidade de comunicação, expressão e interação pela linguagem.

Pensando o ensino de língua nessa perspectiva, e fundamentada em algumas de suas incoerências, que algumas questões foram levantadas, para assim, dá-se a abordagem do advérbio em relação aos seus aspectos enquanto modificador ou circunstancial. Para tanto, faz-se saber as relações do ensino de língua materna com questões valorativas de poder, importância social e beleza estética; também se fez necessário saber quais as maiores perspectivas para o estudo da língua com o desenvolvimento da ciência lingüística; apesar de estar muito claras as incoerências da gramática normativa porque esta ainda permanece nos bancos escolares e as conseqüências de se trabalhar com uma gramática que não descreve os fatos da língua. Também é pretensioso saber como é trabalhado o aspecto semântico do advérbio na disciplina gramática, assim como as diferenças entre os advérbios de frase e enunciação e as conseqüências destas diferenças na inteligibilidade do texto.

A gramática está relacionada à concepção de língua como expressão do pensamento, logo, postula que, se o indivíduo fala mal, conseqüentemente pensa mal. Desse modo, o termo língua dá conta, equivocadamente, apenas de uma das variedades lingüísticas utilizadas efetivamente pela comunidade, a variedade pretensamente utilizada pela elite: a chamada língua padrão ou norma culta.

O estudo da gramática teve início com os gregos, que descobriram a estrutura da língua, esta foi transmitida aos romanos que ao traduzirem do latim os nomes, das partes da oração e dos acidentes gramaticais, deram sua contribuição para esse tipo de abordagem. Nesse período, as principais gramáticas foram escritas para descrever e fixar regras e padrões usados pelos poetas e prosadores tornando-se modelos a serem seguidos, portanto esse manual era expressão da língua. Algum tempo depois houve uma inversão de valores, e a língua passou a ser submetida às regras preestabelecidas passando a ser ensinada de forma autônoma e estática.

No entanto, a ciência lingüística que se desenvolveu a partir do século XX, nos diz que a língua em uso numa comunidade sofre alterações através do tempo, o que significa dizer, em outras palavras que:

uma língua não muda “de vez em quando”, qualquer língua “viva” se transforma continuamente. Algumas mudanças podem ser notadas em curtos períodos, como o surgimento de certas palavras e o desuso de outras; mudanças coletivas de pronúncia e de construções gramaticais são bem mais lentas e praticamente imperceptíveis ao longo da vida de uma pessoa. (AZEREDO, 2002, p. 28)

Assim, a história de uma língua – diacronia – pode, ser explicada como a passagem ininterrupta de uma sincronia – estados da língua – a outra.

Os estudos da língua sempre estiveram voltados para uma situação na qual os falantes eram ideais, dominando, assim, as regras do sistema, é o chamado *Paradigma Formal da Linguagem*. Em contrapartida, com uma nova perspectiva de estudo da língua, surge a escola denominada *Funcionalista* com o objetivo de analisá-la nos seus usos e com falantes concretos, denominada de *Paradigma Funcional da Linguagem*.

É a partir da segunda metade da década de 60 que um ramo da Ciência Lingüística – Lingüística Textual – desenvolveu seus estudos baseados no texto, unidade lingüística mais alta, por isso surgiu a preocupação em elaborar gramáticas textuais com tarefas básicas de: verificar o que faz um texto ser um texto; levantar critérios para a delimitação de textos; diferenciar as várias espécies de textos. Passou-se, então, a existir uma competência textual já que todo falante de uma língua deve ter capacidade de diferenciar um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados.

Com a valorização da unidade mais alta, que é o texto, é a partir deste que se pretende chegar à análise de entidades menores - as frases – e conseqüentemente, às suas classificações, isso sem deixá-las com pouca importância, ou seja, sem que os elementos individuais percam as suas funções textuais.

Na década de 80, dentro da gramática textual, passa-se a privilegiar como objeto de estudo a coerência textual que terá seu conceito revisto como “um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional”. (Koch, 2004. XIII).

Os trabalhos nessa área de estudo se desenvolveram, e é com a análise do texto falado que também, no Brasil, autores como Ataliba Teixeira de Castilho, Ingedore G. Vilhaça Koch e outros idealizaram a Gramática do Português Falado.

Mas voltando à fase inicial de desenvolvimento da gramática textual, Teun van Dijk um dos precusores dos estudos do texto/discurso enumera vários argumentos positivos a favor da gramática textual entre os quais estão as relações semânticas – propriedades gramaticais que estão além do limite das sentenças. O campo semântico componente fundamental nesse tipo de gramática, também foi ressaltado por muitos estudiosos. A análise das macroestruturas profundas serviu de base norteadora para o aprimoramento das gramáticas textuais. Segundo (Dressler 1970 – 1972, apud. Koch, 2004, p. 10) à semântica do texto cabe explicar a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, particularmente as relações de sentido que vão além do significado das frases tomadas isoladamente.

Sendo o texto a unidade básica de comunicação e interação humana, surge então, entre os lingüistas a necessidade de fazer uma abordagem que vá além do campo sintático – semântico. Surgem, assim, as teorias de base comunicativa, ou seja, teorias dos Atos de Fala. Estas, por sua vez, buscam a conexão entre textos e seu contexto comunicativo – situacional, mas sem deixar para trás o texto como mola propulsora de todo processo.

A partir desse momento, a Lingüística Textual toma um novo rumo, dando um outro tratamento à língua, relacionando-a com os processos comunicativos da sociedade. Os textos

não serão analisados somente através da perspectiva sintático – semântica, mas como uma atividade muito mais complexa, já que servirá como meio de realizações comunicativas e sociais dos falantes.

A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções destinadas a compreender o texto em sua integridade, isto é, o seu conteúdo e o seu plano global; ou seja, o ouvinte não se limita a “entender” o texto, no sentido de “captar” apenas o seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto. (Koch, 2004, p. 15)

Ainda como demonstração de um modelo que compreendia a língua como uma forma específica de atividade e comunicação social, propõe-se o texto como:

um todo componente verbalmente enunciado de um ato de comunicação pertinente a um jogo de atuação comunicativa, caracterizado por uma orientação temática e cumprindo uma função comunicativa identificável, isto é, realizando um potencial ilocutório determinado. É somente na medida em que o locutor realiza intencionalmente uma função ilocutória (sócio-comunicativa) identificável por parte dos parceiros envolvidos na comunicação que o conjunto de enunciados lingüísticos vem a constituir um processo textual coerente, de funcionamento sócio-comunicativo eficaz e normalizado, conforme as regras constitutivas (uma manifestação de textualidade). (Schmidt. 1973, apud Koch, p. 15)

Mas os estudos vão se desenvolvendo e um outro fator é acrescentado ao texto. Este passa a ser considerado resultado de processos mentais, onde os participantes da comunicação já trazem conhecimentos e experiências que serão essenciais para todas as etapas da construção e compreensão textuais. Para isso, segundo (Heinemann & Viehweger, 1991 apud Koch, 2004, p. 22), “são necessários quatro sistemas de conhecimentos: o lingüístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais”. Para que cada um desses conhecimentos sejam postos em prática, é necessário o uso de estratégias de ordem cognitiva, sóciointeracional e textual. Sendo assim:

Estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente determinadas que visam estabelecer, manter e levar o bom termo uma interação verbal. Entre elas, podem-se mencionar, além daquelas relacionadas à realização dos diversos tipos de atos de fala, as estratégias de preservação das faces (facework) e / ou de representação positiva do self, que envolve o uso das formas de atenuação, bem como as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendimentos, entre outras. (Koch, 2004, p. 27)

É através desta e de outras estratégias textual-discursivas que o produtor do texto escolhe o material lingüístico disponível e assim auxiliar o interlocutor no processo de construção de sentido. Para isso:

os interactantes põem em ação um conjunto de estratégias de construção de sentido, entre as quais se contam as estratégias textual-interativas, que têm como objetivos, entre outros, facilitar a compreensão, introduzir esclarecimentos / exemplificações, aumentar a força retórica do texto, dar relevo a certas partes dos enunciados, como também modalizar aquilo que é dito ou, por vezes, refletir sobre a própria enunciação. (Koch 2004, p. 103)

Ao tomar como ponto de referência as estratégias metadiscursivas, que têm como objeto o próprio ato de dizer, verifica-se que através destas, segundo Koch (2004), “o locutor avalia, corrige, ajusta, comenta a forma do dizer; ou então reflete sobre sua enunciação, expressando a sua posição, o grau de adesão [...], as estratégias metadiscursivas atuam no âmbito da própria atividade discursiva”.

Dentre essas estratégias estão as modalizadoras ou metapragmáticas, as quais norteiam a pesquisa aqui apresentada. Koch (2004) afirma que estas têm como finalidade indicar “o que de certeza, de adesão, de comprometimento do locutor com relação ao seu discurso, ou introduzir atenuações, comentários a respeito dos enunciados que produz, com vista à preservação das faces”.

Ela ainda define que as estratégias modalizadoras ou pragmáticas são aquelas que têm por objetivo preservar a face do locutor, por meio da introdução no texto de atenuações, ressalvas, bem como marcar o grau de comprometimento, de engajamento do locutor com o seu dizer, o grau de certeza com relação ao dito.

A exemplo disso, nas lições de gramática encontra-se a definição para a categoria dos advérbios como “a classe de palavras que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, indicando uma circunstância”, mas esta seria uma análise superficial das expressões lingüísticas, haja vista que em “Eu, francamente, não achava lá nenhuma graça nas piadas de tio Angelin”, o termo em destaque normalmente classificado como advérbio de modo, não o é de acordo com a definição. Ou seja, “francamente” não está modificando nenhum verbo, adjetivo ou outro advérbio, além disso, não indica circunstância de modo, nem de nenhuma outra subclasse de advérbio apresentada na gramática tradicional. É sim, um modalizador do discurso, e como tal tem em seu âmbito de incidência toda uma proposição ou um enunciado indicando uma opinião, ou expressão do ponto de vista do enunciador.

Portanto, partindo do pressuposto de que o ensino de língua tem deixado de lado aspectos relevantes para o seu bom funcionamento e aquisição, pois ainda é trabalhado numa perspectiva tradicional, a pesquisa aborda numa linha interacionista, uma nova visão para o trato com a gramática esperando que dessa maneira contribua para o seu uso efetivo.

É a partir dessa nova concepção que se desenvolve estudos mais voltados para a realidade do trabalho com a língua e sua função comunicativa. Como resultado das observações feitas, a partir daí, verificaram-se as incoerências e as inadequações a realidade da língua contemporânea em relação às regras preestabelecidas pela gramática normativa que levou a verificar que:

Outro aspecto da desatualização dos estudos gramaticais é a falta de incorporação dos resultados teóricos e práticos da pesquisa lingüística das últimas décadas. Não é exagero afirmar que as gramáticas portuguesas de hoje representam a situação dos estudos lingüísticos por volta dos princípios do século XX [...]; como resultado, as gramáticas, além de todos os seus outros defeitos, soa também arcaicas, tanto na descrição que oferecem quanto nas teorias que se baseiam. (PERINI, 2004, p. 22)

É com essa gramática arcaica que se trabalha nas atividades escolares, e que de certa forma tem levado a criança desde a pré-escola a “desaprender” o conhecimento de sua língua

baseada numa gramática internalizada. Segundo Moura Neves (2004) “O falante de uma língua natural é competente para, ativando esquemas cognitivos, produzir enunciados de sua língua, independentemente de qualquer estudo prévio de regras de gramática”.

Ela ainda acrescenta que “... a atividade escolar com a língua materna exige atenção aos usos e aos usuários. Isso implica entender que a ‘língua’ não é um sistema uno, invariado, mas necessariamente, abriga um conjunto de variantes”. Dessa forma, é através da aplicação da ciência lingüística no trato escolar que haverá de existir algum progresso com a linguagem, como também com a gramática.

Para Moura Neves (2004) esse manual tradicional ainda insiste em reger os bancos escolares, pois a própria sociedade ainda a utiliza como forma de permanecer no seu espaço sociocultural. “É a própria comunidade que, sempre com os olhos no estrato social em cada um de seus membros possa situar-se, busca adequar sua linguagem a padrões prestigiados, e, para isso, busca lições explícitas sobre esses padrões”.

É, com uma visão renovada, que alguns estudiosos da língua passaram a tratá-la a partir de seus usos, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, apresentando todas as alternativas para a formação de sentido.

A partir dessa perspectiva, o trabalho aqui apresentado, faz menção ao que a gramática define como a classe dos advérbios.

Segundo a gramática de Port Royal (1992), essa classe de palavras surgiu da vontade do homem reduzir o seu discurso, já que essa partícula consegue significar numa só palavra o que seria indicado por uma preposição e um nome, o qual geralmente se junta ao verbo para modificá-lo ou determinar a ação, por isso, chamado de advérbio.

Já Perini (2004), em sua Gramática Descritiva do Português, afirma que a definição tradicional de “modificar” itens de outras classes ou mesmo “o próprio advérbio” introduz na definição um elemento de circularidade que a inviabiliza, pois verificará que algumas palavras

incluídas nessa classificação desempenham funções sintáticas diversas como, por exemplo, em: *Felizmente* José foi ao cinema, o termo em destaque classificado tradicionalmente como advérbio de modo é sintaticamente um adjunto oracional. Já em “Ele me revelou tudo *felizmente*”, exerce a função sintática de atributo.

No campo semântico, a característica de “modificador” está relacionada a outro elemento formando um todo semanticamente integrado; assim em *comi* exprime uma ação e *comi depressa* exprime a mesma ação, acrescida de algum ingrediente de significado, mas que formam um todo semântico.

Perini (2004), ainda acrescenta que sintaticamente, se a idéia de “modificação” está ligada à ocorrência conjunta dentro de um constituinte, então seria coerente concluir que em *comi uma peixada*, deveria ser admitido *uma peixada* como constituinte adverbial uma vez que ocorre em construção com o verbo.

Na verdade, a própria construção da definição para a classe dos modificadores é de certo modo vaga. Pela noção tradicional, os adjetivos são os modificadores dos nomes, enquanto dos verbos, são os advérbios.

Mas, não é bem o que se verifica em: *Somente* André percebeu a situação e Ela escreve *rápido*. Nesta, *rápido* provavelmente admitida como adjetivo está modificando um verbo; enquanto naquela, *somente*, em geral considerada advérbio está modificando o substantivo *André*.

É o que Perini (2004) afirma sobre o assunto, ao dizer que: “[...] o fato de estar em construção com o verbo, ou com o adjetivo etc. Não pode ser utilizado como critério definatório de nenhuma classe. A definição de “advérbio”, se for possível (o que duvido), deverá ser formulada em termos de funções [...]”

Portanto, quanto às funções, os advérbios formam uma classe heterogênea: a dos modificadores e a dos modalizadores, estas ainda encontram-se em subclasses.

Quanto aos advérbios modalizadores o que se verifica é que modalizam o conteúdo de uma asserção, ou seja, expressam ou marcam a atitude do falante em relação ao que ele mesmo diz não incidindo apenas sobre uma palavra, mas sobre toda proposição.

É o que diz Moura Neves:

Os advérbios modalizadores compõem uma classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação lingüística. (2000, p. 244)

Portanto, foi a partir dessas observações que se realizou uma análise comparativa entre a gramática de usos e o que é estudado nos bancos escolares, fundamentada na gramática tradicional, para verificar o comportamento do advérbio enquanto modalizador do discurso nos manuais supracitados.

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico que se constituiu na consulta de obras que propiciaram informações gerais e específicas sobre o assunto abordado. Para isso, foram estudados autores como Mario A. Perini, Maria Helena de Moura Neves, José Carlos de Azevedo, Rodolfo Hilari, Ataliba T. de Castilho, Ingedore G. V. Koch, Arnaud e Laucelot entre outros, que aprofundaram os estudos sobre o percurso da gramática e do comportamento do advérbio.

Também foi utilizado o método comparativo com a finalidade de identificar e explicar as divergências entre o “Curso de Gramática Aplicada aos Textos”, de Ulisses Infante e a “Gramática de Usos do Português”, de Maria Helena de Moura Neves.

Com base na abordagem da classe gramatical do advérbio encontrada no manual de Ulisses Infante, supracitado, este dá o seguinte tratamento a essa classe de palavras:

CONCEITO

Advérbio é a palavra que basicamente caracteriza o processo verbal, exprimindo circunstâncias em que esse processo se desenvolve:

“**Hoje não** ouço **mais** as vozes daquele tempo.” (circunstâncias de tempo, negação e tempo, respectivamente)

Os balões passavam **silenciosamente**. (circunstância de modo)

Alguns advérbios podem intensificar ou caracterizar as noções transmitidas por adjetivos ou por outros advérbios. Isso ocorre principalmente com os advérbios que exprimem intensidade e modo:

Essa é a atitude **menos** correta para alguém que pretende ser **politicamente** correto.

Você agiu **bastante mal**.

Na linguagem jornalística e publicitária atuais, têm sido freqüentes os advérbios associados a substantivos:

“Isso é **simplesmente** futebol.” – disse o jogador.

“**Orgulhosamente** Brasil” é o que diz a nova campanha publicitária ufanista.

Em alguns casos, os advérbios podem se referir a uma oração inteira; nessa situação, normalmente transmitem a avaliação de quem fala ou escreve sobre o conteúdo da oração:

Infelizmente, os deputados não aprovarão as emendas.

As providencias tomadas foram infrutíferas, **lamentavelmente**.

As locuções adverbiais são conjuntos de duas ou mais palavras que funcionam como um advérbio. São geralmente formadas por preposição + substantivo ou por preposição + advérbio:

Estavam todos **lá**. (advérbio)

Estavam todos **ao pé das fogueiras acesas**. (locução adverbial)

Despertei **cedo**. (advérbio)

Despertei **no meio da noite**. (locução adverbial)

Estão **ali**. (advérbio)

Estão **por perto**. (locução adverbial)

Como proposta de atividade vem em seguida o texto:

PATRIMÔNIO AMEAÇADO

Compreende-se a necessidade de economizar preciosos recursos públicos. Há décadas, um Estado ineficiente e perdulário vem onerando o contribuinte. Mas tudo tem um limite. Há certas economias que acabam custando muito caro. É o caso do roubo à biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.



Fachada do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro (RJ).

Sem segurança digna deste nome ou verbas até para adquirir câmaras de vigilância, a biblioteca teve 13 obras raras furtadas e 11 danificadas, depois que o ladrão lhes arrancou as gravuras, provavelmente para vendê-las no mercado negro. Os livros que desapareceram do acervo, datados dos séculos 17 e 19, versam sobre história natural e são de autoria de pesquisadores estrangeiros ilustres como Hans Staden e Johann Baptist von Spix. Seu valor é inestimável.

Infelizmente, não se trata de um caso isolado. A mesma biblioteca já sofrera um outro grande roubo, em 1989, quando 17 obras foram levadas. **Felizmente**, acabaram sendo

recuperadas. No ano passado, foi a vez da mapoteca do Palácio do Itamaraty, também no Rio, que teve subtraídos 2.066 de seus itens entre fotografias, mapas e gravuras históricas.

O pouco cuidado com o patrimônio brasileiro é, **lamentavelmente**, generalizado, ocorrendo nos planos artísticos e arqueológico. Estátuas do maior escultor brasileiro se esfacelam ao sabor das intempéries e das ação de vândalos em Minas Gerais. Na bacia do Araripe, na divisa entre Ceará, Pernambuco e Piauí, fósseis pré-históricos são coletados pela população e vendidos ilegalmente a museus estrangeiros por valores irrisórios, às vezes o equivalente a uma cerveja. Até os tesouros naturais sofrem com o florescimento de um turismo muitas vezes predatório.

Não adianta, como costumam fazer autoridades, esperar que ocorram desastres naturais ou provocados para anunciar a liberação de verbas destinadas a proteger o patrimônio. Aqui, como em tantos outros campos, é preciso antecipar-se ao sinistro. Garantir a segurança e a conservação de obras e de lugares preciosos não é gasto. É investimento.

Folha de São Paulo, 8 maio 2004.

A partir desse texto, algumas questões são lançadas entre as quais:

1. Os advérbios felizmente e infelizmente são usados no terceiro parágrafo.
 - a) Eles exprimem circunstâncias de modo? Explique.
2. Qual a importância do advérbio lamentavelmente (quarto parágrafo) para o desenvolvimento da argumentação?

A própria acessoria pedagógica do livro traz como resposta às questões mencionadas que “felizmente” e “infelizmente” não são usadas como advérbios de modo, mas sim como modalizadores do discurso, ou seja, exprimem como o produtor do texto avalia os fatos que estão mencionados em seu texto. É o produtor do texto que usa a palavra “infelizmente” para deplorar o fato de não se tratar de caso isolado. E é ele que usa “felizmente” para avaliar como positivo o fato de as obras terem sido recuperados.

Em relação ao termo “lamentavelmente”, é este outro modalizador, ou seja, indica que o produtor do texto deplora o fato de que o pouco cuidado com patrimônio brasileiro é generalizado. A opinião do produtor vai se configurando com maior nitidez, e consolidando uma imagem de defensor do patrimônio histórico e cultural e crítico do desmazelo oficial em relação a esse mesmo patrimônio.

Analisando a parte teórica e a parte prática vê-se uma contradição, já que na primeira parte nada é mencionado sobre a função modalizadora do advérbio, apenas é mostrado como modificador, ou seja, retorna-se à visão tradicional dessa classe de palavras caracterizando basicamente o processo verbal ou ainda intensificando ou ainda caracterizando as noções transmitidas por adjetivos ou por outros advérbios. Entretanto, não é esta a avaliação feita na própria acessória do material em análise. Nesta, é apontada a real função dos termos analisados (felizmente, infelizmente e lamentavelmente) como modalizadores do discurso.

Assim, como esse manual, outros trabalham na mesma perspectiva, isto é, dão apenas uma abordagem “tradicional” para a classe gramatical em questão, deixando a comunidade escolar sem informações necessárias para a construção do processo sócio-comunicativo.

Ainda hoje predomina nos bancos escolares o ensino da gramática normativa com seus aspectos tradicionais e descontextualizados levando assim a um ensino distante das relações comunicativas e sociais dos falantes. Por isso, propõe-se uma abordagem semântica de ensino de Língua Portuguesa.

A classe gramatical dos advérbios, foco central da pesquisa apresentada, tem sido objeto de muito estudo e discussões entre lingüistas e gramáticos. Alguns resultados dessas discussões têm trazido à tona um quadro interessante no que diz respeito aos advérbios terminados em – mente, na maioria das vezes, considerados de modo. Ao analisá-los, por exemplo, em textos dissertativos, esses advérbios têm a função de oferecer a quem fala ou a

quem produz o texto, a oportunidade de expressar juízos de valor seja indicando uma opinião, seja delimitando o ponto de vista sob o qual uma asserção pode ser considerada verdadeira, apresentando uma obrigação ou indicando um estado de espírito de falante em relação ao conteúdo da asserção.

Apesar de a maioria de os professores continuarem com um ensino enraizado na tradição, já é notório, embora raro, os professores que fazem uso de uma metodologia inovadora, isto é, utilizam o texto para mostrar a importância da gramática na estrutura do texto.

É necessário que haja uma conscientização por parte da comunidade docente para tal mudança, visto que se o ensino permanecer com o mesmo direcionamento tradicional, a sociedade continuará com uma formação mecânica e sem perceber a real função da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD, Antonie, 1612 – 1964. **Gramática de Port Royal** / Arnauld e Lancelot; Tradução Bruno Fregni Basseto, Henrique Graciano Murachco – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 2 ed. Revista – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org). **Gramática do português falado** – volume I: A ordem – 4ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

ILARI, Rodolfo (org). **Gramática do português falado** – volume II: Níveis de análise lingüística – 4ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos** – São Paulo: Scipione, 2005.

KOCH, Ingedore. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas** – (Coleção Texto e Linguagem). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MOURA NEVES, Maria Helena. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004.